

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM-Madeira
 Data 06.04.79 Pg.: 29 04

Estatal fará os contratos na Amazônia

Das Sucursais de Brasília e do Rio

Ao defender a exploração de madeira da Amazônia, através das chamadas florestas entáveis, o ministro Mário Andreazza, do Interior, revelou, ontem em Brasília, que sua idéia para o projeto é integrar, em uma empresa pública, às 12 áreas discriminadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que será responsável pelos contratos de concessão a serem firmados junto à iniciativa privada, a quem caberá a execução do programa.

Sem entrar em maiores detalhes, Andreazza disse que esta empresa pública seria formada através de uma ação conjunta entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Secretaria do Meio Ambiente, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e Sudam "pois tratam-se de terras devolutas e, portanto, deverão continuar pertencendo à União, embora a exploração da madeira seja entregue à iniciativa privada".

Sobre a possibilidade destas concessões serem obtidas por empresas estrangeiras, disse Andreazza que não existe ainda nada de concreto a este respeito, mas que "a minha idéia é limitar a exploração à empresa privada nacional". O ministro não aceita, também, a hipótese de que a criação da empresa pública esvazie o IBDF: "Este órgão será o responsável pela coordenação desta nova estrutura".

DIRETRIZES

A exploração de madeira na Amazônia faz parte das diretrizes entregues ontem ao ministro pelo general Figueiredo, que no item que se refere à região recomenda "a ocupação seletiva e ordenada e a utilização produtiva de suas potencialidades em áreas selecionadas, preservando-se adequadamente seu vasto patrimônio cultural, sobretudo o florestal".

Andreazza reconheceu que o problema de desmatamento na Amazônia é sério, mas alegou que ainda não atinge proporções alarmantes, pois até agora apenas 10% da região foi ocupada. "Além disso, os desmatamentos não atingiram a floresta densa. Ao contrário, até agora limitaram-se à regiões de cerrados e mata fina. O nosso objetivo é preservar a Amazônia através da exploração racional de seus recursos naturais em benefício das gerações futuras", disse o ministro.

Ainda sobre a Amazônia, o ministro do Interior destacou a importância da colonização dos territórios de Roraima e Rondonia. "Importantes pelo grande potencial econômico refletido na qualidade da terra e nas riquezas naturais, principalmente o minério". Disse Andreazza que mesmo tendo que admitir o insucesso da iniciativa de atrair para a Amazônia colonos nordestinos e do sul — por ocasião da construção da Transamazônica — este projeto será reativado, agora com mais experiência".

Para tanto, o ministro pretende estabelecer um convênio com o Incra que permita a delegação da regularização fundiária e estabelecimento de projetos colonizadores aos governadores dos territórios. "Esta idéia também segue a diretriz do presidente Figueiredo do descentralizar e desburocratizar a administração de seu governo em função da execução rápida dos projetos existentes para cada região", disse Andreazza.

Sobre a situação das populações indígenas do território de Roraima, onde quase 80% da população é indígena, o ministro garantiu que eles não serão prejudicados pela chegada de colonos. "Os índios serão respeitados e suas terras garantidas, bem como as riquezas que encerram". Ao tomar conhecimento, por um jornalista, de que já havia 40 técnicos da companhia Vale do Rio Doce explorando minério



Andreazza quer florestas mais rentáveis.

na área dos índios Yanoami, em Roraima, sem prévio convênio com a Funai, disse Andreazza: "estão lá sem autorização da Funai? Então serão retirados".

OCUPAÇÃO ORDENADA

À noite, em conferência no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o ministro Mário Andreazza explicou como deve ser feita a ocupação da Amazônia. Segundo ele devem-se destacar os seguintes aspectos:

"1. O objetivo é intensificar o desenvolvimento integrado nos 15 pólos selecionados pelo Polamazônia, escalonando-se as prioridades quanto aos pólos e enfatizando-se a promoção de atividades diretamente produtivas e a elevação da qualidade de vida de suas populações. Vale mencionar, nesse contexto, a exploração dos recursos minerais como a bauxita (Trombetas), ferro (Carajás), cassiterita (Rondonia) e outros, bem como o desenvolvimento agrícola, mediante a promoção de culturas de alto valor comercial, como o dendê, a juta, a pimenta-do-reino, a cana-de-açúcar, o arroz. Como é importante salientar o esforço de industrialização, voltado, particularmente, para a mineração e a extração vegetal ou para atividades orientadas pelo mercado regional em expansão. As atividades agropecuárias são, certamente, desejáveis no sul do Pará, Mato Grosso, Norte de Goiás e Roraima, mas pretende-se limitar sua expansão em áreas de florestas que devam ser preservadas ou exploradas, sempre de forma não destrutiva.

"2. O desenvolvimento das metrópoles regionais em formação (Belém, Manaus), das cidades de porte médio e dos núcleos de apoio ao processo de ocupação é outro aspecto a ser analisado. Belém deve aparelhar-se para assimilar o impacto de grandes projetos como o da Albras/Alunorte, e serão estimuladas as atividades produtivas e a implantação de equipamentos sociais que contribuam para a redução da pobreza urbana que abriga. Manaus que experimentou, nos últimos anos, grande desenvolvimento, em decorrência dos incentivos propiciados pela Suframa, deverá consolidar-se como grande pólo urbano da Amazônia ocidental. Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, Macapá e os pólos urbanos interiorizados deverão preparar-se para receber os fluxos populacionais que se dirigem para Amazônia e para apoiar o desenvolvimento das atividades produtivas localizadas em seus entornos.

"3. A complementação da infra-estrutura econômica (energia, transportes, estradas vicinais, navegação, comunicações) e da infra-estrutura social (saúde e nutrição, saneamento, educação e treinamento profissional, habitação, previdência e assistência social)."

Projeto polêmico

Da Sucursal de Brasília

Com o anúncio da formação de uma empresa pública para coordenar os processos de concessão de licença e exploração de madeira, o ministro do Interior revela oficialmente sua intenção de levar adiante o polêmico projeto de comercializar a madeira da floresta amazônica.

Desenvolvido pelo IBDF em colaboração com a FAO, o projeto foi revelado pela "Folha" no início de dezembro do ano passado e negado insistentemente até mesmo em nota oficial do Palácio do Planalto. O ex-ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, desmentiu várias vezes que o projeto estivesse pronto para ser posto em execução, alegando até mesmo que não estavam concluídos os estudos para a preservação da ecologia da região Amazônica, extremamente necessários para a execução do projeto.

Somente 20 dias após o novo governo ter assumido, o ministro do Interior anuncia planos bastante definidos e, inclusive, a criação de uma empresa estatal, perfeitamente delimitada, para cuidar dos contratos de exploração, possivelmente, de risco.

Se, no País, houve quem acreditasse nos in-

sistentes desmentidos feitos às notícias de que os "contratos de risco" já estariam perfeitamente definidos, no Exterior não houve desinformação: uma revista oficial, editada pelo governo brasileiro para circulação em países europeus e nos EUA, meses antes do final do governo Geisel, procurava atrair empresários interessados na comercialização da madeira da Floresta Amazônica, anunciando a idéia governamental.

Embora Andreazza não tenha detalhado se os recursos a serem canalizados, via exploração da madeira, serão empregados para promover o alívio da balança comercial — que nos três primeiros meses deste ano já apresenta déficit de US\$ 255 milhões — é de se acreditar que este será um dos objetivos da venda da Floresta Amazônica.

A experiência que o governo adquirirá com a exploração da madeira da bacia a ser inundada para a construção da hidrelétrica de Tucuruí, negócio que já conta com duas empresas sulcas como interessadas, evidentemente será empregada na negociação maior, que será a concessão de grandes áreas, subdivididas em 12 pólos, da Floresta Amazônica.